

A atuação do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com crianças vítimas de violência: Uma perspectiva psicanalítica

The role of the psychologist in the Unified Social Assistance System with children who are victims of violence: A psychoanalytic perspective

La actuación del psicólogo en el Sistema Único de Asistencia Social con niños víctimas de violencia: Una perspectiva psicoanalítica

Recebido: 02/10/2023 | Revisado: 10/10/2023 | Aceitado: 11/10/2023 | Publicado: 13/10/2023

Lais Maria Alvaroni de Brito Martins

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5064-5324>

Univel Centro Universitário, Brasil

E-mail: laismaria0309@gmail.com

Luíza Bernardini Ferrari

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3419-4945>

Univel Centro Universitário, Brasil

E-mail: luiza.ferrari@univel.br

Resumo

Este artigo investiga a atuação do psicólogo, pautada na teoria psicanalítica, no atendimento de crianças vítimas de violência que acessam o SUAS. Nesse sentido, busca identificar as diretrizes legais que regulamentam a atuação do psicólogo no SUAS e nas situações de violência infantil; investigar quais intervenções são utilizadas e como elas impactam o sujeito; e analisar os principais desafios enfrentados pelos psicólogos nesse contexto. A pesquisa adotou a metodologia qualitativa exploratória, utilizando entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas para coletar dados. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) emerge como a principal legislação orientadora do trabalho no SUAS com crianças vítimas de violência. A atuação do psicólogo é psicossocial, assim desenvolve ações psicossocioeducativas tanto individualmente quanto em grupos, considerando fenômenos sociais e a subjetividade dos sujeitos. No trabalho com as crianças, o lúdico é utilizado para facilitar a associação livre, método da psicanálise que permite que os conteúdos do inconsciente emergam no discurso e possam ser elaborados. Dessa forma, as crianças podem vir a romper com o ciclo de violência e encontrar novas possibilidades de existir no mundo. Os desafios descritos pelos entrevistados incluem a dificuldade em ouvir as narrativas das crianças sem que isso afete negativamente a eficácia do trabalho; a precariedade dos recursos para o trabalho; as complexidades do trabalho interdisciplinar e a construção do fazer psicanalítico no âmbito da assistência social. Destaca-se a importância de conduzir mais pesquisas para difundir o conhecimento sobre essa prática e aprimorar as abordagens utilizadas.

Palavras-chave: Psicanálise; Assistência social; Crianças; Violência.

Abstract

This article investigates the role of psychologists, guided by psychoanalytic theory, in providing assistance to children who are victims of violence and access the SUAS (Unified System for Social Assistance) in Brazil. In this regard, it seeks to identify the legal guidelines regulating the psychologist's role in the SUAS and in cases of child violence; examine the employed interventions and how they impact the individuals involved; and analyze the main challenges faced by psychologists in this context. The research adopted an exploratory qualitative methodology, using semi-structured interviews with open-ended questions to collect data. The Child and Adolescent Statute emerges as the primary legal framework guiding the work within the SUAS for children who are victims of violence. The psychologist's role is psychosocial, involving psychosocial actions both individually and in groups, considering social phenomena and the subjectivity of the individuals. In working with children, play is used to facilitate free association, a psychoanalytic method that allows unconscious contents to emerge in discourse and be elaborated. This way, children may break the cycle of violence and discover new possibilities for their existence in the world. Challenges described by interviewees include the difficulty of listening to children's narratives without becoming emotionally affected to the point where it hinders their effectiveness, limited resources for their work, the complexities of interdisciplinary collaboration, and integrating psychoanalytic principles into the realm of social assistance. It is emphasized that further research is needed to disseminate knowledge about this practice and improve the approaches used.

Keywords: Psychoanalysis; Social assistance; Children; Violence.

Resumen

Este artículo investiga la actuación del psicólogo, basada en la teoría psicoanalítica, en la atención de niños víctimas de violencia que acceden al SUAS. En este sentido, busca identificar las directrices legales que regulan la actuación del psicólogo en el SUAS y en situaciones de violencia infantil; investigar qué intervenciones se utilizan y cómo afectan al sujeto; y analizar los principales desafíos que enfrentan los psicólogos en este contexto. La investigación adoptó la metodología cualitativa exploratoria, utilizando entrevistas semiestructuradas con preguntas abiertas para recopilar datos. El Estatuto del Niño y del Adolescente (ECA) emerge como la principal legislación orientadora del trabajo en el SUAS con niños víctimas de violencia. La actuación del psicólogo es psicosocial, desarrollando acciones psicossocioeducativas tanto de manera individual como en grupos, teniendo en cuenta los fenómenos sociales y la subjetividad de los sujetos. En el trabajo con los niños, se utiliza lo lúdico para facilitar la asociación libre, método del psicoanálisis que permite que los contenidos del inconsciente emerjan en el discurso y puedan ser elaborados. De esta manera, los niños pueden romper con el ciclo de violencia y encontrar nuevas posibilidades de ser en el mundo. Los desafíos descritos por los entrevistados incluyen la dificultad en escuchar las narrativas de los niños sin sufrir una afectación que haga que el trabajo sea ineficaz; la precariedad de los recursos para el trabajo; las complejidades del trabajo interdisciplinario y construir el enfoque psicoanalítico en el ámbito de la asistencia social. Se destaca la importancia de llevar a cabo más investigaciones para difundir el conocimiento sobre esta práctica y mejorar los enfoques utilizados.

Palabras clave: Psicoanálisis; Asistencia social; Niños; Violencia.

1. Introdução

A Psicanálise, teoria e prática desenvolvida pelo médico vienense Sigmund Freud (1856-1939) entre os anos de 1885 e 1939, trata sobre o funcionamento da vida psíquica e busca o significado oculto no que é manifestado pelo sujeito a partir da fala (Freud, 1890/2021). Freud começou a se interessar pelas questões do psiquismo quando, ao ir a Paris em 1885, conheceu Charcot, médico e cientista francês, e suas sessões públicas de hipnose com mulheres consideradas histéricas. A partir desse encontro, Freud passou a diferenciar as patologias psíquicas das fisiológicas e a buscar explicações sobre os fenômenos psíquicos que levam à histeria (Jorge & Ferreira, 2002).

Ao retornar a Viena em 1886, Freud abriu um consultório e se aproximou de Joseph Breuer, médico e fisiologista austríaco, que atendia a paciente Anna O. utilizando o método catártico, em que a paciente era induzida a um transe hipnótico para reconstruir a lembrança traumática que estava esquecida, fazendo com que os sintomas desaparecessem, pois as emoções associadas ao trauma eram liberadas (Freud, 1904 [1905]/2021; Jorge & Ferreira, 2002). No entanto, gradualmente, Freud modificou esse método, transformando-o na técnica da associação livre. Isso porque percebeu que o tratamento era mais efetivo se a pessoa falasse livremente sobre o que viesse à mente, já que alguns pacientes não eram hipnotizáveis e a sugestão só suspendia os sintomas temporariamente (Freud, 1904 [1905]/2021).

Essa nova técnica levou Freud a descobrir o inconsciente, onde se encontram os conteúdos que foram reprimidos da consciência; a resistência, força psíquica que impossibilita o paciente de lembrar desses conteúdos; e a transferência, fenômeno caracterizado pela repetição de um amor e que mantém a análise. A partir desse ponto, Freud desenvolveu o método psicanalítico, que tem como base, justamente, a associação livre (Jorge, 2017; Jorge & Ferreira, 2002).

Ao convidar o paciente a falar o que vier à sua mente sem restrições, alguns conteúdos do inconsciente vão superar as resistências e se manifestar no discurso, nos sonhos, atos falhos e chistes (ditos espirituosos ou piadas), os quais devem ser investigados (Freud, 1904 [1905]/2021). Nesse processo, o psicólogo deve manter uma atenção equiflutuante, de forma que consiga acompanhar a fala do paciente, além de ter que sustentar seu lugar na transferência (Fonseca, et al., 2020; Freud, 1912/2021). Esse método pode ser aplicado nas mais diversas áreas de atuação do psicólogo e com os mais variados públicos, inclusive com crianças vítimas de violência que acessam o SUAS.

É importante abordar esse público, pois, recentemente, houve um aumento na taxa de violência contra crianças e adolescentes, devido à necessidade de aplicar a medida de isolamento social por causa da pandemia do Covid-19. Com isso, as crianças passaram a ficar em casa para evitar a contaminação, perdendo assim o acesso à sua rede de proteção, sendo a escola a principal delas (Raciunas & O’Kuinghtons, 2021; TJPR, 2021). Segundo um estudo realizado pela Unicef (Fundo das Nações

Unidas para a Infância) em conjunto com o Instituto Sou da Paz e o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), 84% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro da residência da vítima, sendo que 75% das denúncias de violência são de estupro (Raciunas & O’Kuinghttons, 2021).

Essas ocorrências foram majoritariamente notificadas quando o isolamento social foi flexibilizado. Durante o cumprimento dessa medida, houve uma subnotificação dos casos de violência, principalmente em virtude do fechamento das escolas. De acordo com a Unicef, o Instituto Sou da Paz e o MPSP, as instituições educacionais têm importante papel nas denúncias, já que os professores conseguem identificar as vítimas e tomar providências. Além disso, a demora nas denúncias fez com que, em alguns casos, a gravidade da violência aumentasse (Raciunas & O’Kuinghttons, 2021).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), as crianças e adolescentes têm direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização e à proteção no trabalho. É evidente que, nos casos em que uma criança sofre violência, seus direitos estão sendo violados, o que requer a adoção de medidas, como descrito no Art. 13 do ECA (Brasil, 1990, p. 49):

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

É importante ressaltar que, segundo a Lei Nº 13.431, de 4 de abril de 2017 (Brasil, 2017), a escuta especializada é um direito das crianças e adolescentes. Esse procedimento consiste em uma entrevista sobre a situação de violência perante um órgão da rede de proteção, conduzida por um profissional capacitado. Essa prática garante que a vítima de violência não precise fornecer depoimentos repetidos aos diversos órgãos envolvidos na sua proteção, limitando seu relato ao estritamente necessário, além de prever que a escuta seja realizada em local com infraestrutura que garanta o sigilo e o acolhimento.

Outro direito que a criança vítima de violência possui é o de acessar ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), uma unidade pública do SUAS destinada a ofertar serviços especializados a famílias e a sujeitos que por alguma violação de direitos, estão em situação de risco pessoal ou social (Brasil, 2011; CREPOP, 2013). O atendimento a esse público é feito pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que oferece apoio, orientação e acompanhamento às famílias e aos indivíduos, auxiliando-os a desenvolver a capacidade de enfrentamento e de superação das situações de violência vividas. Isso pode ajudar a romper com o ciclo de violência e a construir novas possibilidades de interação familiar e social (Costa, 2022).

Nesse âmbito, o psicólogo “[...] realiza acolhimento, escuta, atendimento qualificado em rede, atendimento multidisciplinar, encaminhamento e acompanhamento” das vítimas de violações de direitos (Campos, Santos & Portes, 2019, p. 3). Esse trabalho tem como objetivo criar espaços que possibilitem a superação das situações de violência e que contribuam para que as pessoas consigam ressignificar suas histórias e ampliar sua compreensão de mundo. É importante ressaltar que a base epistemológica da atuação do psicólogo pode variar, sendo a psicanálise uma das teorias disponíveis (CREPOP, 2013).

Diante desse contexto, tornou-se imprescindível discutir sobre como um psicólogo, orientado pela teoria da Psicanálise, pode atuar no âmbito do SUAS com crianças que tenham vivenciado ou estejam vivenciando situações de violência; visando a diminuição do sofrimento psíquico do sujeito e seu desenvolvimento integral. Assim, este artigo investiga a atuação do psicólogo, pautada na teoria psicanalítica, no atendimento de crianças vítimas de violência que acessam o SUAS. Nesse sentido, busca identificar as diretrizes legais que regulamentam a atuação do psicólogo no SUAS e nas situações de violência infantil; investigar quais intervenções são utilizadas e como elas impactam o sujeito; e analisar os principais desafios enfrentados pelos psicólogos nesse contexto. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a aplicação da Psicanálise

na Assistência Social e foram conduzidas entrevistas com profissionais psicólogos que atendem ou atenderam ao público proposto.

2. Metodologia

Para o desenvolvimento do trabalho, adotou-se uma pesquisa qualitativa exploratória, que busca compreender e interpretar os fenômenos a partir das experiências dos participantes do estudo. Essa abordagem permite uma compreensão mais precisa do problema em análise. Diferentemente da pesquisa quantitativa, a pesquisa qualitativa não tem como objetivo quantificar os resultados, pois possui um caráter exploratório (Pessoa & Crusoé, 2022; Sampaio, 2022).

A fim de encontrar profissionais a serem entrevistados, inicialmente foram selecionados psicólogos da rede de contatos das pesquisadoras que atenderam aos critérios de inclusão na amostra da pesquisa. Na sequência, foram solicitadas indicações aos participantes de outros profissionais que pudessem ser entrevistados. As entrevistas foram realizadas com psicólogos que têm como base epistemológica a Psicanálise e desenvolvem ou já desenvolveram atendimentos com crianças vítimas de violência, no contexto do SUAS; e que concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponibilizado por meio de um formulário *Google* anteriormente ao início da coleta de dados.

As entrevistas foram conduzidas de forma virtual, na data previamente acordada com os entrevistados. O número de profissionais entrevistados foi de três, já que conforme preconizam Sampieri, et al. (2013), na pesquisa qualitativa, a amostra é geralmente composta por um reduzido número de sujeitos, pois o objetivo não é generalizar os resultados para uma população a partir de dados estatísticos.

Como meio de coleta das informações, foi empregada a entrevista semiestruturada. Essa técnica dispõe de um roteiro com perguntas abertas previamente definidas em conformidade com as hipóteses da pesquisa em desenvolvimento. Por serem questões abertas, o entrevistado pode discorrer sobre suas experiências de forma livre, o que gera um conjunto de informações completas sobre o tema e permite que o pesquisador consiga comparar as respostas dos participantes (Pessoa & Crusoé, 2022; Rodrigues & Versuti, 2022).

Para a pesquisa apresentada neste trabalho, as perguntas foram as seguintes: “Em quais leis a atuação com crianças vítimas de violência deve se pautar?”, “Qual a percepção da psicanálise sobre as situações de violência infantil?”, “Como é desenvolvido o trabalho com as crianças? Quais técnicas e intervenções costumam ser utilizadas?”, “Como é feita a escuta psicanalítica nesse contexto?” e “Quais são os principais desafios enfrentados ao trabalhar nesse cenário com esse público?”. No decorrer da entrevista foram inseridas outras questões pertinentes relacionadas às respostas do psicólogo.

3. Resultados e Discussão

Os resultados e a discussão foram formulados a partir das informações coletadas com os profissionais entrevistados, sendo que, esses dados serão relacionados com as bibliografias reunidas sobre os temas mencionados. Foram entrevistados 3 psicólogos, identificados neste trabalho como, psicólogo A, psicóloga B e psicóloga C, a fim de preservar o sigilo da identidade desses profissionais.

A média de tempo de formação em Psicologia dos participantes da pesquisa é de 9 a 11 anos desde a conclusão de seus cursos. Esses profissionais desempenharam suas funções em unidades públicas vinculadas ao SUAS, mais especificamente no CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), no CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, no Centro de Acolhimento à Criança e ao Adolescente e no Centro de Convivência para Crianças e Adolescentes, atendendo crianças e adolescentes que haviam enfrentado situações de violência e/ou outras violações de direitos, além de conduzirem intervenções com as famílias de origem e acolhedoras.

Ao responderem à pergunta “Em quais leis a atuação com crianças vítimas de violência deve se pautar?”, os psicólogos enfatizaram a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990) no âmbito do trabalho que exercem ou exerceram com o público infantil. Essa lei discorre sobre os direitos da criança e do adolescente e é considerada pelos profissionais a base da atuação. Contudo, outras leis também atravessam essa prática como, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 (Brasil, 2020), que prevê a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que trata sobre os direitos básicos de toda e qualquer pessoa.

Além dessas, o psicólogo A comentou sobre as cartilhas desenvolvidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) que orientam a atuação do psicólogo no SUAS (CREPOP, 2009; CREPOP, 2013). A psicóloga B destacou as leis que tratam sobre o acolhimento familiar, como a Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009 (Brasil, 2009), que aborda a questão da adoção e do direito que a criança e o adolescente possuem de conviver com a família de origem, e as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA, 2009). Já a psicóloga C mencionou o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes (Decreto nº 10.701, 2021), que articula políticas públicas para a proteção da população infantojuvenil.

Ademais, as psicólogas B e C mencionaram a Escuta Especializada, processo que envolve uma entrevista conduzida por um especialista, que aborda a situação de violência assegurando que a vítima não tenha que repetir seu testemunho diversas vezes (Brasil, 2017). A psicóloga C contou que as crianças podem relatar uma situação de violência vivida a um dos profissionais que trabalha no Centro de Convivência. Quando isso ocorre, é realizada uma escuta e acolhimento imediatos e, dependendo do caso, o sujeito é encaminhado para a escuta especializada, a fim de que as medidas legais possam ser tomadas. Por sua vez, a psicóloga B mencionou que algumas das crianças atendidas pelo Serviço de Acolhimento já passaram pela escuta especializada, pois são casos que vêm encaminhados pelo Poder Judiciário.

É importante ressaltar que os psicólogos informaram que existem várias leis referentes ao trabalho com as crianças no SUAS, apesar de terem mencionado apenas as que lembraram no momento da entrevista. Assim, como afirma a psicóloga B, é imprescindível pesquisar e se manter atualizado sobre o assunto, caso se pretenda trabalhar nesse cenário e com esse público, já que novas leis e normas podem ser criadas, e as antigas podem sofrer alterações.

As respostas dos participantes às perguntas "Qual a percepção da psicanálise sobre as situações de violência infantil?" e "Como é desenvolvido o trabalho com as crianças?" fornecem percepções cruciais sobre as perspectivas da psicanálise às situações de violência infantil e as práticas empregadas no trabalho direto com as crianças. Os participantes compartilharam suas visões e experiências, destacando como a psicanálise lida com as situações de violência infantil e detalhando o trabalho prático com as crianças.

As psicólogas B e C explicam que é comum que o atendimento às crianças e suas famílias, tanto com a família de origem quanto com a família acolhedora, seja psicossocial. Conforme orientado pelo CREPOP (2009), o psicólogo inserido na assistência social deve atuar a partir de uma perspectiva psicossocial, em que há compreensão da dimensão subjetiva do sujeito e um olhar ampliado para os fenômenos sociais e coletivos. Dessa forma, o atendimento psicossocial é uma ferramenta bastante utilizada pelo psicólogo, envolvendo a implementação de ações psicossocioeducativas de forma individual e grupal. Essa prática tem caráter disciplinar e interdisciplinar e deve ser planejada pela equipe responsável pelo atendimento, garantindo a prestação de um serviço especializado e em rede aos sujeitos envolvidos. A esse respeito, Costa (2022) enfatiza a importância de que o acompanhamento às crianças que sofreram violação de direitos e as suas famílias, feito pelo PAEFI, seja psicossocial, pois esse enfoque garante aos sujeitos a possibilidade de fortalecer o exercício da cidadania, prevenindo, portanto, a repetição da violência.

A psicóloga C relata que, no Centro de Convivência para Crianças e Adolescentes são ofertadas atividades socioeducativas para trabalhar temas específicos levantados a partir das demandas das crianças, tais como direito da criança,

violência, saúde, entre outros. Isso possibilita que as crianças desenvolvam recursos para o enfrentamento das dificuldades e se constituam enquanto sujeitos de direito. Com o mesmo objetivo, são oferecidas oficinas complementares de arte, dança, artesanato, recreação, teatro e práticas esportivas. Em ambas as atividades, socioeducativas e oficinas, as famílias também são convidadas a participar, seja junto com as crianças e adolescentes ou em grupos separados, visando fortalecer os vínculos familiares. Essas atividades levam o público a refletir sobre as temáticas tratadas e, portanto, apresentam um efeito terapêutico que promove mudança nos sujeitos e nas relações (Rodrigues, 2016).

Quanto à psicóloga B, mencionou que emprega o atendimento psicossocial de maneira individual, sobretudo durante a entrevista e a avaliação inicial, mas após esse primeiro atendimento prioriza os atendimentos grupais. Essa conduta também é descrita pelo CREPOP (2009) como uma possibilidade de atendimento. No documento, sugere-se que o formato de atendimento individual seja “[...] utilizado apenas nas entrevistas iniciais, como forma de avaliação preliminar e preparação da criança e do adolescente para a entrada nos grupos, ou quando, a partir dessa avaliação, ficar constatado que o trabalho em grupo não é indicado” (CREPOP, 2009, p. 50). Como afirmam as psicólogas B e C, em alguns momentos é necessário realizar uma escuta individualizada, especialmente em casos emergenciais, entretanto o objetivo principal de seus trabalhos não é oferecer psicoterapia. Portanto, ao identificar a necessidade de acompanhamento psicoterápico, são feitos os devidos encaminhamentos.

É perceptível que, no contexto do SUAS, o *setting* terapêutico é distinto da clínica particular, onde, especialmente ao considerar a condução do tratamento psicanalítico, o analisando vai ao consultório e se deita no divã para fazer a análise. Diferentemente desse cenário, o *setting* da assistência social é o espaço coletivo, e o trabalho pode acontecer durante as atividades em grupo. O psicólogo atua com base na compreensão dos dispositivos sociais e públicos que envolvem a vida do sujeito, combinando-os aos princípios da psicanálise. Ou seja, o psicólogo que pauta sua atuação na psicanálise deve seguir os protocolos da política de assistência social, levar em consideração os contextos social e econômico do paciente e fazer a escuta da história de vida do sujeito, mantendo a ética psicanalítica (Conti, 2023; Gomes, 2022; Rodrigues, 2016).

Segundo as psicólogas B e C, a escuta no SUAS ocorre durante todas as atividades em que as crianças participam, não se limitando ao *setting* da clínica, de forma que se desenvolve uma leitura psicanalítica dos casos, em vez de um trabalho dentro do consultório. Elas complementam dizendo que na assistência social são realizadas orientações, aconselhamentos e discussões de casos com a equipe interdisciplinar, e que mesmo sendo uma prática diferente da clínica, ela ainda é psicanalítica, pois se pauta na ética da psicanálise. Tal ética diz respeito ao objetivo do trabalho psicanalítico, que visa bem-dizer o sintoma para trabalhar a subjetividade e o desejo do sujeito no meio social, e não a cura de seu sofrimento. Assim, busca-se levar o sujeito a se comprometer com seu desejo e a se responsabilizar por suas escolhas (Gageiro, et al., 2019; Gomes, 2022).

Desta forma, é possível praticar a psicanálise em diversos espaços, contanto que a atuação se sustente nessa ética, mesmo que os profissionais tenham que fazer algumas adaptações do método psicanalítico devido ao contexto diferente da clínica (Gomes, 2022; Rodrigues, 2016). Isso está alinhado com o que Freud (1919 [1918]/2021) expressou em seu texto “Caminhos da terapia psicanalítica”, onde afirmava que é responsabilidade dos psicanalistas adequar ou desenvolver novas técnicas apropriadas para o trabalho no contexto social. Freud anteviu um momento em que o Estado reconheceria seu dever de oferecer, de forma gratuita, à população com menor poder econômico, o acesso à psicanálise e ao cuidado psicológico.

Para executar esse trabalho, os psicólogos entrevistados utilizam como base epistemológica a psicanálise, o que implica na valorização da linguagem e da escuta, bem como na construção de um espaço em que a criança possa falar de forma livre sobre as situações que vivenciou, trabalhando com os conteúdos inconscientes que vão surgindo no discurso e com a transferência. Conforme Gageiro, et al. (2019), a prática da psicanálise é sustentada pela ética do desejo, com foco na fala e linguagem, objetivando intervir na produção de subjetividade e fortalecer as estratégias de combate à violência. Para isso,

utiliza da técnica chamada associação livre, desenvolvida por Freud, na qual o psicólogo instiga o paciente a falar livremente, o que o leva a acessar os conteúdos que estão recalçados em seu inconsciente e restabelecer a sua capacidade de “[...] realizar e de gozar.” (Freud, 1904 [1905]/2021, p. 57).

Essa premissa também é válida e se aplica ao atendimento de crianças vítimas de violência. Apesar de ser comum que elas não tenham o total domínio da linguagem verbal e, portanto, não possam expressar com clareza através da fala suas experiências e sentimentos em relação ao vivido, não se pode dizer que elas não associam livremente, pois através de suas brincadeiras elas narram seu conteúdo psíquico (Gageiro, et al., 2019; Teixeira, et al., 2021). Os três psicólogos que participaram da entrevista mencionaram a necessidade da utilização do lúdico ao se trabalhar com as crianças. Nesse sentido, ferramentas como brincadeiras e desenhos são comumente empregadas para auxiliar as crianças a compartilharem suas histórias.

Como afirmou Freud (1908/2015, p. 34), ao brincar, a criança “[...] cria seu próprio mundo, melhor dizendo, transpõe as coisas do seu mundo para uma nova ordem, que lhe agrada [...]”. Sendo assim, as crianças levam muito a sério essa atividade e mobilizam grande quantidade de afeto para realizá-la. Dessa maneira, o psicólogo utiliza o brincar como uma ferramenta que possibilita escutar as experiências das crianças (Gageiro, et al., 2019; Teixeira, et al., 2021).

Realizar a escuta psicanalítica com crianças em situações de vulnerabilidade significa esbarrar em conteúdos que são conhecidos, mas que, por causa de regras sociais internalizadas ao longo do desenvolvimento do sujeito, devem permanecer ocultos e, portanto, são recalçados, ou seja, não podem mais ser acessados pelo consciente. Ao brincar, esses conteúdos emergem, o que pode causar angústia, mas esse sentimento é apaziguado quando há alguém, no caso o psicólogo, que testemunha os relatos que as crianças trazem em suas brincadeiras, porque elas se sentem ouvidas. É possível notar essa ocorrência quando a psicóloga C menciona que as crianças e adolescentes relatam sobre as situações de violência que vivenciaram de forma espontânea durante as atividades grupais, pois sentem que naquele espaço serão ouvidas. Dessa maneira, as crianças conseguem sair de um lugar de silêncio e delinear narrativas diferentes das vividas no dia a dia (Gageiro, et al., 2019).

Esse papel de testemunha implica em não ir embora, em escutar o que o outro tem a dizer, independentemente do quão difícil seja. O analista, ao realizar a escuta deve se colocar em um lugar de não-saber, um não-saber dos sentimentos, das intenções ou significados do que o outro diz, abrindo-se totalmente para ouvi-lo (Gageiro, et al., 2019). É importante que o psicólogo tenha um olhar para além da demanda do sujeito, da família e/ou do judiciário, de forma que consiga identificar os detalhes referentes ao desejo em meio ao discurso, sempre valorizando a subjetividade e realizando um atendimento singular (Conti, et al., 2023; Rodrigues, 2016). Como afirma a psicóloga C, a psicanálise reforça a necessidade da escuta do caso a caso, da escuta do que cada sujeito tem a dizer sobre as situações vivenciadas, sem fazer conjecturas.

Os psicólogos A e B também destacaram a relevância de ouvir sem preconceitos e pressuposições. Foi a psicóloga C quem acrescentou que, devido ao trabalho no SUAS ser em rede, é fato que o psicólogo receberá várias informações sobre a criança dos outros serviços pelos quais ela passou, algo de extrema importância para o planejamento do tratamento, mas que não deve fazer com que o profissional assuma que conhece tudo sobre o sujeito e formule conclusões antes de ouvi-lo.

Para tanto, como enfatiza a psicóloga B, o profissional precisa empregar a técnica da atenção equiflutuante, o que significa que ele não deve selecionar conteúdos específicos para focar sua atenção. Isso, de acordo com Freud (1912/2021), seria nocivo à análise, pois a seleção seria feita a partir de expectativas e inclinações, e, portanto, não permitiria que o analista percebesse os variados conteúdos do inconsciente. Pelo contrário, o analista deve apontar todas as manifestações do inconsciente que surgirem na fala do sujeito, o que também é aplicado na atuação com as crianças no SUAS (Rodrigues, 2016). Além disso, deve direcionar questionamentos sobre essas manifestações à criança para permitir atribua um novo sentido ao que

foi dito, conforme esclarece a psicóloga C. É somente valendo-se dessa escuta que o psicólogo conseguirá notar as repetições do discurso e, em meio a elas, o desejo do sujeito, como destacam o psicólogo A e a psicóloga B.

No que se refere à repetição, Freud aborda em seu texto “Lembrar, repetir e perlaborar” (1914/2021, p. 154) que, “[...]o analisando não se *lembra* de mais nada do que foi esquecido e recalado, mas ele *atua* com aquilo”, ou seja, o sujeito repete em suas ações aquilo que foi reprimido. Somente quando algo do conteúdo for lembrado, é que o paciente conseguirá perlaborá-lo e ressignificá-lo de modo que a repetição cessará. Essa repetição também vai ocorrer na relação transferencial entre o analisando e o psicólogo, com o intuito de evitar a recordação do que foi recalado. Porém, nessa relação, há a possibilidade de os conteúdos serem ressignificados a partir dos questionamentos e associações que o analista proporciona ao sujeito (Freud, 1914/2021; Rodrigues, 2016). Isso posto, entende-se o motivo pelo qual ao permitir que as crianças brinquem, permite-se também que elas criem novos sentidos para sua existência e rompam com as repetições da violência. Mesmo que esse lembrar cause angústia, ele é o caminho para a descontinuidade do sofrimento psíquico.

Assim, o objetivo do psicólogo ao trabalhar com crianças vítimas de violência no SUAS é desenvolver com o público atendido o fortalecimento da autoestima, o restabelecimento da convivência familiar e comunitária em condições dignas, bem como a interrupção do ciclo de violência. Além disso, deve possibilitar a superação da violação sofrida e a reparação dos direitos (CREPOP, 2009). Diante disso, a psicanálise complementa a atuação ao favorecer o surgimento do sujeito do inconsciente e permitir que as crianças se estabeleçam como seres desejantes (Rodrigues, 2016; Teixeira, et al., 2021). Parafraseando a psicóloga B, esse trabalho auxilia as crianças a superarem os ciclos negativos vivenciados com a família, permitindo que elas criem outras formas de existir no mundo e se permitam viver a infância.

É evidente que, nesse contexto, também existem dificuldades e os psicólogos entrevistados abordaram essas questões ao responderem à pergunta “Quais são os principais desafios enfrentados ao trabalhar nesse cenário com esse público?”. Um dos desafios é lidar com as histórias de cada criança e família sem ser afetado por elas, de uma forma que consiga desempenhar o trabalho de maneira eficaz, como afirma a psicóloga B. A rotina desse trabalho, composto pela escuta dos variados tipos de sofrimento que geralmente estão associados à violência e que são vivenciados pelos sujeitos que acessam o serviço, pode angustiar o psicólogo de maneira que ele crie uma resistência à escuta (Conti, et al., 2023; Rodrigues, 2016).

Sobre o descrito anteriormente, a psicóloga B acrescenta que, para não se abalar com as narrativas é necessário fazer análise pessoal, algo que Freud (1912/2021) já tinha recomendado aos analistas quando afirmou que eles não podiam ser condescendentes com suas próprias resistências, pois “[...] cada recalque não resolvido do médico corresponde [...] a um ‘ponto cego’ em sua percepção analítica.” (Freud, 1912/2021, p. 100). Dessa forma, ao fazer análise, o psicólogo consegue trabalhar de forma mais efetiva com o paciente, permitindo-lhe perceber uma parte significativa daquilo que lhe é apresentado pelo analisando e preservando sua vida afetiva (Freud, 1912/2021).

O psicólogo A e a psicóloga C também destacaram as condições de trabalho e as falhas na rede pública como outro desafio ao trabalhar no SUAS com crianças vítimas de violência. O psicólogo A relatou que os obstáculos incluem as dificuldades e atrasos na realização de encaminhamentos, a lentidão do sistema judiciário e as diferenças individuais entre as crianças que podem não ser levadas em consideração pelo sistema público. Já a psicóloga C descreve que a estrutura física e os recursos concretos e humanos muitas vezes não são os mais favoráveis para ofertar os serviços que gostariam da forma mais adequada.

Questões que são corroboradas pelas pesquisas de Campos, Santos e Portes (2019), Conti (2023) e Rodrigues (2016), que descrevem que o psicólogo que atua no sistema público muitas vezes não tem acesso a recursos para os atendimentos, enfrenta a falta de estrutura compatível com o trabalho e se depara com dificuldades geradas pela grande rotatividade de profissionais, devido ao baixo salário e aos contratos temporários, além da disparidade no número de profissionais comparado à alta demanda. Além disso, a articulação da rede é frequentemente precária, de forma que o acompanhamento

multiprofissional que as crianças necessitam é inexistente ou de difícil acesso, resultando em longos períodos de espera e na indisponibilidade para que o sujeito utilize outros serviços para além da assistência social, como os de saúde, educação, entre outros.

Outra problemática que os três psicólogos trouxeram durante as entrevistas é a dificuldade do trabalho em rede, onde diferentes olhares e saberes devem ser integrados em um diálogo mantendo o foco no sujeito. Isso pode ser desafiador, embora bastante enriquecedor. Nesse contexto, Campos, Santos e Portes (2019) e Conti (2023) afirmam que o trabalho interdisciplinar no SUAS ainda não é o ideal, pois gera estranhamento entre os profissionais envolvidos devido à dificuldade em unir os saberes e direcioná-los para um mesmo fim, o de construir coletivamente estratégias de intervenções para os sujeitos se desenvolverem de forma integral. Apesar dos impasses, essa atuação interdisciplinar é repleta de potencialidades, tanto para o público atendido quanto para os profissionais.

Por fim, as psicólogas B e C afirmaram que sentiram dificuldade ao aplicar a escuta psicanalítica na assistência social quando iniciaram esse trabalho, devido à notável diferença em relação à clínica, bem como em construir uma prática dentro dessa política pública. Nesse sentido, Cazanatto, et al. (2016) e Penteado (2015) argumentam que nas instituições públicas, o trabalho é feito no âmbito coletivo, social e da política universal, e não no individual, assim as crianças se apresentam enquanto sujeitos de direito e, portanto, a atuação do psicólogo deve garantir que elas permaneçam enquanto tal.

Além disso, o psicólogo, que tem como base epistemológica a psicanálise, deve também realizar a escuta entendendo que cada criança se constitui como sujeito do desejo para além do sujeito de direito, isto é, um sujeito que sofre determinações pelo que viveu em sua história, mas que também pode responder a isso se separando da demanda do outro e encontrando seu próprio desejo ao assumir suas produções inconscientes. E propiciar uma articulação entre essas duas dimensões da criança durante a prática profissional, pode ser algo difícil (Cazanatto, et al., 2016; Penteado, 2015).

Da mesma forma, a psicóloga B relata que, diferentemente do trabalho na clínica, onde deve-se avaliar a saúde mental e a história do sujeito, na assistência social é realizada uma escuta psicossocial, onde são verificadas as necessidades essenciais para a sobrevivência e superação das vulnerabilidades e a história da família e da criança a partir do olhar dos direitos básicos, focando no que pode ser feito pela criança no presente.

Contemplando o descrito anteriormente, pode-se concluir que falar da psicanálise atuando com crianças é falar de um trabalho que entende que cada criança vai circular por um lugar social e se construir de maneira diferente e, que tem como objetivo evidenciar a criança como um sujeito desejante, com direito de construir e contar sua própria história. Além disso, possibilita às crianças um ambiente acolhedor de escuta que as leve a falar ou encenar através do brincar, suas vivências e sentimentos, o que permite a elas romperem com as repetições da violência e construir novos sentidos para sua existência (Gageiro, et al., 2019; Teixeira, et al., 2021).

4. Conclusão

Em suma, o psicólogo, que tem como base epistemológica a psicanálise, atuará no SUAS com crianças vítimas de violência adotando uma perspectiva psicossocial e mantendo a ética da psicanálise. Assim, o profissional fará intervenções psicossocioeducativas com as crianças e suas famílias, preconizadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CREPOP, 2009), de forma interdisciplinar e em um espaço coletivo. O enfoque primordial será direcionado para a escuta do discurso do sujeito do inconsciente, a fim de evidenciar seu desejo. O olhar deve se voltar para os aspectos sociais, econômicos e psíquicos do sujeito atendido, integrando-os às informações trocadas com a rede pública sem, contudo, negligenciar a importância de ouvir o que a criança tem a dizer sobre sua história e sobre si mesma. Dessa forma, o atendimento se torna singular, pois valoriza a subjetividade e as especificidades de cada caso.

Ao permitir que as crianças associem livremente, seja através de palavras, de brincadeiras ou de desenhos, o psicólogo abre a possibilidade de elas acessarem conteúdos recalçados no inconsciente, de ressignificá-los e de interromper o ciclo de violência ao qual foram expostas. É na transferência que as repetições do que foi reprimido aparecem e, por meio dela, o psicólogo consegue fazer apontamentos e questionamentos aos sujeitos, de forma que eles se lembrem dos conteúdos e, ao se recordarem, criem novos sentidos para sua história e sejam capazes de identificar outras formas de existir no mundo.

Cumprido ressaltar que a condução desse trabalho é uma tarefa complexa que enfrenta diversos desafios, como os citados pelos psicólogos entrevistados. Estes incluem a resistência resultante da escuta do sofrimento das crianças e suas famílias que deve ser combatida com a análise pessoal; as condições de trabalho que nem sempre são as mais propícias; os obstáculos que surgem ao se trabalhar de forma interdisciplinar e em rede e a complexidade de adaptar a prática psicanalítica ao cenário do SUAS, que é tão diferente da clínica tradicional. Entretanto, apesar dessas dificuldades, essa atuação é essencial para que as crianças vítimas de violência e/ou outras violações de direitos tenham a possibilidade de se perceberem para além dessa vivência e de se desenvolverem enquanto sujeitos desejantes, repletos de possibilidades e potencialidades.

Por fim, recomenda-se o fomento de pesquisas adicionais voltadas ao assunto, visando transmitir o conhecimento sobre o trabalho do psicólogo com crianças vítimas de violência no contexto do SUAS. Seria de grande relevância explorar, para além do explanado nesta pesquisa, como a violência afeta psiquicamente as crianças e qual é o efeito da abordagem embasada na psicanálise sobre suas famílias. Dessa maneira, aqueles interessados na Psicologia, na Psicanálise e no campo da Assistência Social poderão adquirir um entendimento de como essa violação de direitos afeta a criança e seu contexto familiar, bem como compreender como é desenvolvido o trabalho com esse público e sua importância para o sujeito e para a sociedade. Além disso, os profissionais da psicologia que adotam a psicanálise e desejam trabalhar na assistência social poderão familiarizar-se com as características dessa atuação e desenvolver intervenções efetivas com as crianças.

Por fim, como sugestões para trabalhos futuros, é recomendável conduzir estudos adicionais que explorem o impacto psicológico da violência nas crianças e os efeitos da aplicação da escuta psicanalítica em suas famílias. Dessa maneira, aqueles interessados na Psicologia, na Psicanálise e no campo da Assistência Social poderão adquirir um entendimento mais abrangente sobre como essa violação de direitos afeta tanto a criança quanto seu contexto familiar. Isso também possibilitará uma compreensão mais profunda do trabalho com esse público e sua importância para o sujeito e para a sociedade. Além disso, os profissionais da psicologia que adotam a psicanálise e desejam atuar na assistência social poderão se familiarizar com as características dessa atuação e desenvolver intervenções mais eficazes com as crianças.

Referências

- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Casa Civil. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (2009). *Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009*. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Casa Civil. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/12010.htm
- Brasil. (2011). *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Brasília: MDS. <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez.pdf>
- Brasil. Presidência da República. Secretaria Geral. (2017). *Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017*. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Secretaria Geral. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13431.htm
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (2020). *O que é*. Gov.br. <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/o-que-e>
- Campos, B. C. S., Santos, I. L., & Portes, J. (2019, novembro). A atuação do psicólogo no CREAS com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no vale do Itajaí/SC. *Revista Psicologia em Foco* [online], 11(16), 2-18 <http://revistas.fw.uri.br/index.php/psicologiaemfoco/article/view/2945>

- Cazanatto, E., et al. (2016). A escuta clínica psicanalítica em uma instituição pública: construindo espaços. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(2), 486-496. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/QQwn86ntZhn5B9f53bYjPjw/?lang=pt&format=html>
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas [CREPOP]. (2009). Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo. Conselho Federal de Psicologia (CFP). https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/10/CREPOP_Servico_Exploracao_Sexual.pdf
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas [CREPOP]. (2013). Referências técnicas para Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS. Conselho Federal de Psicologia (CFP). <https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/10/007-Crepop-Referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-nos-CREAS.pdf>
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA]. (2009). Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf
- Conti, L. de, et al. (2023). A composição da escuta pelos profissionais da rede socioassistencial a crianças em situação de violência sexual. *Humanidades & Inovação* [online], 10(4), 156-169. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/8627>
- Costa, B. L. S. (2022). O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) em Niterói-RJ: um estudo avaliativo no contexto de pandemia de Covid-19. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense]. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/27707>
- Decreto nº 10.701, de 17 de maio de 2021. (2021). Institui o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes e a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes. *Diário Oficial da União*. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.701-de-17-de-maio-de-2021-320338579>
- Fonseca, T., et al. (2020, janeiro-abril) Reforma Psiquiátrica e Lógica Diagnóstica Psicanalítica: Discussões acerca de uma Possível Tecitura. *Ágora* [online], 23(1). <https://www.scielo.br/j/agora/a/kqsZNHfjxMNjRbymb7Mngzv/?format=pdf&lang=pt>
- Freud, S. (1908/2015). O poeta e o fantasiar. In: *Arte, literatura e os artistas* (pp. 34-45). Autêntica.
- Freud, S. (1890/2021). Tratamento psíquico (tratamento anímico). In: *Fundamentos da clínica psicanalítica* (pp. 19-46). Autêntica.
- Freud, S. (1904 [1905]/2021). O método psicanalítico freudiano. In: *Fundamentos da clínica psicanalítica* (pp. 51-62). Autêntica.
- Freud, S. (1912/2021). Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico. In: *Fundamentos da clínica psicanalítica* (pp. 93-106). Autêntica.
- Freud, S. (1914/2021). Lembrar, repetir e perlaborar. In: *Fundamentos da clínica psicanalítica* (pp. 151-164). Autêntica.
- Freud, S. (1919 [1918]/2021). Caminhos da terapia psicanalítica. In: *Fundamentos da clínica psicanalítica* (pp. 191-204). Autêntica.
- Gageiro, A. M., et al. (2019, dezembro). Era uma vez... Cata-Ventos. Escuta psicanalítica de crianças e adolescentes em território de vulnerabilidade social. *Revista de Psicanálise da SPPA* [online], 26(3), 455-472. <http://revista.sppa.org.br/RPdaSPPA/article/view/465>
- Gomes, C. H. (2022). Psicanálise e saúde pública: desafios e possibilidades de inserção à luz da ética. [Trabalho de Conclusão de Curso, Pontifícia Universidade Católica]. <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/27608>
- Jorge, M. A. C., & Ferreira, N. P. (2002). Freud, criador da psicanálise. Zahar.
- Jorge, M. A. C. (2017). Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan, vol.3: a prática analítica. Zahar.
- Organização das Nações Unidas [ONU]. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Unicef. <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Penteado, J. M. (2015). A escuta psicanalítica do sujeito nas (das) políticas públicas: entre sujeito de direito e sujeito de desejo. [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do São Paulo]. <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/17106>
- Pessoa, Z. S. S., & Crusoé, N. M. de C. (2022, setembro-dezembro). A Técnica de Análise de Conteúdo na Pesquisa Qualitativa: práticas de formação continuada para as coordenadoras pedagógicas do município de Cordeiros-Bahia. *Momento-Diálogos em Educação*, 31(3), 161-178. <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/14305/9889>
- Raciunas, C., & O’Kuinghtons, C. M. (2021). Violência contra crianças aumenta durante a pandemia no Brasil. *Agemnt*. <https://agemnt.pucsp.br/noticias/violencia-contra-criancas-aumenta-durante-pandemia-no-brasil>
- Rodrigues, A. (2016). A psicanálise e a política de assistência social brasileira: um diálogo possível? [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/175921>
- Rodrigues, V., & Versuti, A. C. (2022, abril). Multirreferencialidade enquanto instrumento de pesquisa na educação. *REVISTA INTERSABERES*, 17(40), 152-174. <https://doi.org/10.22169/revint.v17i40.2279>
- Sampaio, T. B. (2022). Metodologia da pesquisa. UFSM, CTE, UAB. https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/26138/MD_Metodologia_da_Pesquisa.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Sampieri, R. H., et al. (2013). Metodologia de pesquisa. (5a ed.). Penso.
- Teixeira, B. C. A., et al. (2021). Psicanálise, infâncias e vulnerabilidades: as crianças nos espaços da cidade. *Estilos da Clínica*, 26(3), 421-434. <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/182382/178492>
- Tribunal de Justiça do Estado do Paraná [TJPR]. (2021). Violência contra crianças e adolescentes. TJPR. https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset_publisher/1IKI/content/bebes-estao-entre-as-maiores-vitimas-de-violencia-contra-a-crianca-e-adolescente-durante-a-pandemia-no-parana/18319?inheritRedirect=false